

Ano XXVI nº 6550 – 11 de abril de 2022

A nefasta condução da economia

Quase três milhões de brasileiros, ou 81% dos trabalhadores e trabalhadoras que estão desempregados há mais de dois anos no país, são das classes D e E. Essa parcela mais pobre da população, a que mais sofre com a falta de uma colocação no mercado formal de trabalho, é vítima do golpe de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (PT) e colocou no lugar presidentes comprometidos com os patrões.

Um dos maiores culpados pela atual crise econômica é o ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP), vice que contribuiu para derrubar Dilma e pai do Teto de Gastos Públicos (EC nº 95), de 2017, que congelou os investimentos do governo por 20 anos, de acordo com o índice da inflação. Mas Temer não é o único responsável por essa crise sem fim. O governo de Jair Bolsonaro (PL) tem grande parcela de culpa também já que não só manteve a restrição de investimentos públicos como também vem impedindo que as estatais como a Petrobras, possam ser utilizadas como indutoras do crescimento, preferindo distribuir lucros bilionários aos acionistas estrangeiros. O resultado dessa nefasta condução da economia é sentido diretamente pela população mais pobre que não consegue nem arrumar um emprego para subsistir, explica a professora e economista da Unicamp, especialista no mercado de trabalho, Marilane Teixeira, ao analisar o levantamento feito pela Tendências Consultoria Integrada, que mostra que são os trabalhadores das classes D/E, com renda mensal de até R\$ 2.800,00, que estão há mais de 24 meses desempregados.

“Há um déficit estrutural de postos de trabalho e tem a ver com a incapacidade do governo de criar empregos para quem necessita e, é claro que atinge a população com menor escolaridade, os mais pobres. Sem investimento público, sem obras de infraestrutura, de moradia, enfim, sem o Estado atuar como indutor do crescimento, a roda não gira e atinge mais os mais pobres. Em geral pessoas com nível de escolaridade maior encontram mais facilidades de conseguir um emprego em suas áreas de atuação”, diz a economista.

Femicídios deixaram mais de 2.300 órfãos em 2021

Uma situação triste. No Brasil, um dos países que mais mata mulheres no mundo, mais de 2.300 crianças se tornaram órfãs, por conta de crime de feminicídio em 2021. É o que aponta o estudo do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

No ano passado, o país perdeu mais de 1.300 mulheres por crime de feminicídio. A média é de mais de 25 casos por semana, ou, pelo menos, uma mulher morta a cada 8 horas.

Outros dados mostram recortes mais específicos. Quase 98% foram mortas pelo companheiro atual, antigo ou outro parente. Sendo que 66,7% das vítimas são mulheres negras e mais de 70% tinham entre 18 e 44 anos. Mas, a assistência aos órfãos ainda é limitada. No âmbito federal, 11 projetos de lei com propostas para oferecer assistência focada em órfãos de feminicídio tramitam na Câmara dos Deputados.

INSS prorroga projeto-piloto que visa reduzir fila de espera por benefícios e melhoria no atendimento

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) decidiu prorrogar novamente o projeto-piloto do Programa de Gestão do Atendimento Presencial (PGAP), que tem o objetivo de reduzir a fila de espera por benefícios previdenciários e melhorar o atendimento. Nele, os servidores participantes ganham pontos na realização dos atendimentos presenciais. Agora, o programa irá até o dia 31 de maio, de acordo com a publicação no Diário Oficial da União (DOU).

No projeto-piloto, os servidores devem analisar requerimentos e até mesmo negar solicitações ou conceder o benefício que havia sido feito pelos segurados. Dessa forma, o órgão entende que pode agilizar a revisão ou a concessão de aposentadorias, pensões e auxílios. Atualmente, há 1,6 milhão de pessoas com pedidos em análise. O programa começou a valer em julho do ano passado com duração de 60 dias, mas foi prorrogado em setembro. De acordo com a portaria publicada em 21 de junho passado, os servidores que participam do programa ficam dispensados do controle de frequência, sendo submetidos às metas diárias.

A portaria estabelece também que os servidores participantes, que atendem diretamente e indiretamente ao público, devem cumprir as seguintes metas diárias: de 4,27 pontos, quando possuírem jornada de 40 horas semanais e de 3,20 pontos, quando possuírem jornada de 30 horas semanais. Segundo o texto, os servidores participantes da experiência-piloto que atendem ao público diretamente deverão, obrigatoriamente, cumprir os atendimentos agendados, não podendo ser substituídos por tarefas, exceto no caso de não comparecimento do segurado ou não preenchimento da agenda.